

GOLDEN

RELATÓRIO & CONTAS 2016

GOLDEN[®]
BROKER



RELATÓRIO & CONTAS 2016

Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 506 396 878
Capital Social 350.000 Euro

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN BROKER - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

ÍNDICE

06 MENSAGEM CEO

ENVOLVENTE
MACROECONÓMICA **08**

14 GOVERNANCE

ATIVIDADE **20**

21 PERSPETIVAS

PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS **21**

21 CONSIDERAÇÕES
FINAIS

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **22**

43 RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS **45**

MENSAGEM CEO



“ A GOLDEN ESTÁ BEM POSICIONADA PARA ENFRENTAR MERCADOS VOLÁTEIS E DESAFIANTES, MANTENDO UMA POSIÇÃO FINANCEIRA SÓLIDA E A LIBERDADE PARA ENCONTRAR AS SOLUÇÕES QUE RESPONDEM, UNICAMENTE, AOS INTERESSES DOS NOSSOS CLIENTES. ”

António Nunes da Silva
Presidente do Conselho de Administração
Chief Executive Officer

Acreditamos que traçar o futuro é um desafio e que as opções de hoje são o começo. Estamos alinhados única e exclusivamente com os objetivos dos nossos clientes, protegendo o seu património e aconselhando, de forma independente, numa relação que se exige de confiança e absoluta transparência.

Como grupo financeiro, atingimos os mil milhões de euros de ativos em acompanhamento dos nossos clientes particulares, empresas e institucionais, o que se traduz numa enorme responsabilidade em encontrar sempre as melhores soluções, de acordo com o perfil e exigências de cada um.

2016 foi um ano muito importante da nossa história, com o desempenho de uma atividade dinâmica que provou ser eficiente. Obtivemos boas rentabilidades para os nossos clientes e estamos no top 3 quando comparadas com a rentabilidade da concorrência nacional e internacional. Com mais de 5000 reuniões realizadas com clientes e potenciais clientes, crescemos 68% em novo negócio, quando comparado com o ano de 2015.

Hoje, podemos afirmar que 75% dos nossos clientes recomendariam o nosso serviço de Advising, resultado do inquérito realizado e que nos coloca num patamar de elevada excelência na prestação do serviço.

A Golden é o resultado de uma equipa excecional, alinhada e comprometida com os princípios e valores que nos fizeram crescer desde o ano de 2000. Estamos no Porto, Lisboa, Faro e desde este ano no Funchal, promovendo relações verdadeiramente duradouras e de absoluta proximidade.

16 anos de experiência fazem-nos ter certezas das nossas convicções e orientações para bem aconselhar os nossos clientes, com uma estrutura acionista que se tem mantido estável e uma equipa diligente e dinâmica na prestação do serviço.

A Golden está bem posicionada para enfrentar mercados voláteis e desafiantes, mantendo uma posição financeira sólida e a liberdade para encontrar as soluções que respondem, unicamente, aos interesses dos nossos clientes.



“ GERIR OS INVESTIMENTOS NUM MERCADO VOLÁTIL E GLOBAL, SÓ É POSSÍVEL COM UM FOCO CLARO NO MÉDIO E LONGO PRAZO E NUMA MONITORIZAÇÃO CONSTANTE DAS OPÇÕES TOMADAS. ENCONTRAR OS MELHORES INSTRUMENTOS E OPORTUNIDADES ASSENTE NUM PROCESSO RIGOROSO E DILIGENTE É UM DESAFIO QUE ENCARAMOS EM EQUIPA. NÃO PREVEMOS O FUTURO, MAS SABEMOS DIZER O QUE PODEMOS FAZER PARA MELHOR ORIENTAR O FUTURO DOS NOSSOS CLIENTES. ”

Sérgio Silva
Administrador
Chief Investment Officer

MACROECONOMIA

É relativamente consensual afirmar que o ano de 2016 será recordado não pela guerra da Síria, pela crise dos refugiados ou pelos problemas financeiros que continuam a assolar o sul da Europa e a fragilizar o seu sistema bancário, mas por dois atos eleitorais: o referendo à permanência do Reino Unido na União Europeia e as eleições Presidenciais nos EUA.

Relativamente ao primeiro, nas semanas que antecederam a votação a generalidade dos analistas acreditava que o “Remain” (permanência do Reino Unido na UE) acabaria por prevalecer e foi por isso com estrondo que foram recebidos os resultados durante a madrugada e manhã de 24 de junho e o “Brexit” (saída do Reino Unido da UE) foi declarado vencedor.

Para além das consequências violentas e imediatas nos mercados com uma forte queda dos índices acionistas, aumento da volatilidade, depreciação do Euro e particularmente da Libra Esterlina face ao USD e lene e aumento da procura por tradicionais ativos de refúgio (metais preciosos e obrigações de dívida pública de melhor rating), este resultado também teve consequências políticas com o primeiro-ministro

David Cameron a apresentar a sua demissão. Igual destino teria o primeiro-ministro italiano Matteo Renzi, que apresentaria também a sua demissão em dezembro após uma esmagadora derrota no referendo constitucional (onde se propunha o fim do sistema de bicameralismo perfeito no sistema político italiano e a redução do número de Senadores de 315 para 100). Nas Presidenciais dos EUA em novembro, o resultado menos esperado voltaria a acontecer e Donald John Trump, o excessivo e impulsivo magnata nova-iorquino de 70 anos sem experiência política e que conduziu uma campanha populista e contra o sistema, surpreendeu os EUA e o mundo ao conquistar os votos necessários no colégio eleitoral para se tornar o 46º Presidente dos Estados Unidos da América.

Em termos macroeconómicos propriamente ditos, em 2016 a economia mundial continuou a registar níveis de crescimento modestos, acentuando a tendência de abrandamento que se vem verificando desde 2014 e registando o ritmo de crescimento mais baixo desde 2010 (segundo as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional, o PIB global terá crescido apenas 3.1% em 2016, o que compara com

um crescimento de 3.2% em 2015 e 3.4% em 2014). Esta tendência de abrandamento oculta, no entanto, comportamentos substancialmente divergentes dos principais blocos económicos e mesmo entre os diferentes países de cada bloco. Se entre as economias avançadas se verificou efetivamente um menor dinamismo (com destaque para os EUA onde o crescimento foi o mais fraco desde 2011), na Europa a atividade económica registou uma progressão claramente mais vigorosa com destaque para Espanha e Reino Unido, com o desempenho desta última economia a ser particularmente surpreendente num contexto de pós votação favorável no referendo à saída do país da União Europeia (Brexit).

Por outro lado, embora o ritmo de produção tenha permanecido abaixo do potencial em várias outras economias avançadas, particularmente na área do euro e no Japão, é de assinalar uma aceleração relevante da atividade ao longo do segundo semestre que se terá estendido para os primeiros meses de 2017. Já nas economias emergentes o ritmo de crescimento pouco se alterou em termos agregados, contudo este crescimento foi suportado pela Índia e pela China, em claro contraste com países como a Rússia, a Venezuela e o Brasil, que permaneceram em recessão refletindo principalmente fatores idiossincráticos.

Relativamente à política monetária, os principais bancos centrais seguiram rumos diferenciados, mas globalmente mantiveram uma postura extremamente acomodatória durante todo o ano, cumprindo o seu papel no estímulo da atividade económica mas também gerando algumas distorções nos mercados financeiros: nos EUA, a FED, apesar do crescimento modesto, foi impelida, em face de uma gradual melhoria do mercado de trabalho e de um recrudescimento das pressões inflacionistas (muito por culpa da recuperação do preço do petróleo nos mercados internacionais) a subir a sua taxa de referência (mas apenas uma vez, em 0.25% e apenas na reunião de dezembro); o Banco Central Europeu reforçou as medidas expansionistas de política monetária não convencionais (*quantitative easing*) e avançou primeiro com o aumento do volume mensal e posteriormente com um alargamento

temporal do programa de compra de ativos até dezembro de 2017 e, por fim, o Banco do Japão continuou a tentar encontrar soluções para reavivar uma economia caracterizada pela quase ausência de crescimento e pela inexistência de inflação e inovou mais uma vez (abandonando o compromisso quantitativo de compras de obrigações do tesouro japonês para avançar com “compras ilimitadas” para controlar a curva das *yields* do tesouro nipónico, quer em termos de inclinação dessa curva, quer a sua localização propriamente dita).

As perspetivas para a evolução da atividade económica global em 2017 e 2018 são mais positivas, especialmente para as economias avançadas refletindo as boas indicações já sentidas ao longo do segundo semestre de 2016, bem como um estímulo fiscal prometido pela administração Trump nos Estados Unidos. Na Zona Euro os indicadores de atividade económica e de confiança estão em alta e são compatíveis com uma aceleração do ritmo de crescimento deste bloco para um ritmo substancialmente mais forte do que nos últimos anos e a inflação tem vindo a subir gradualmente pelo que os riscos de deflação parecem estar definitivamente afastados.

Em suma globalmente as perspetivas económicas para os próximos trimestres são claramente positivas, mas há no entanto múltiplos focos de incerteza nessas projeções, com destaque para as incertezas em torno da orientação política da nova administração dos EUA (claramente mais favorável a políticas protecionistas) e suas ramificações globais (países com grande dependência das exportações para os EUA como o México, enfrentam um cenário macroeconómico menos benigno para 2017 e 2018), os riscos associados a um aperto mais forte nas condições financeiras globais que poderiam trazer de volta á ribalta as debilidades que ainda persistem em alguns dos países da zona euro e em algumas economias emergentes e o sempre presente risco de um abrandamento mais severo na China.

MERCADOS FINANCEIROS (CLASSES DE ATIVOS)

Síntese

O ano de 2016 teve um arranque marcado por quedas violentas não apenas nos mercados acionistas, mas também nos obrigacionistas, especialmente nos ativos de menor qualidade creditícia. Com o avançar do ano os investidores foram igualmente confrontados com importantes surpresas, nomeadamente ao nível político, com os resultados do referendo sobre o Brexit no Reino Unido e a eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos da América. Contudo, apesar destes contratemplos, no cômputo global do ano de 2016 o desempenho dos mercados financeiros globais acabou por revelar-se positivo.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Monetário	0,65%	1,23%	0,64%	0,18%	0,24%	0,08%	0,00%
Obrigações do Tesouro	1,23%	3,25%	10,75%	2,02%	12,98%	1,48%	3,11%
Obrigações Corporate	4,31%	1,56%	13,52%	2,10%	8,17%	-0,67%	4,64%
Obrigações High Yield	-	-1,62%	23,08%	6,85%	3,71%	-1,06%	7,96%
Obrigações Mercados Emergentes	-	-2,15%	14,39%	-10,76%	-5,93%	-13,36%	9,70%
Ações Globais	-	-	12,74%	29,00%	10,47%	1,00%	7,38%
Ações Mercados Emergentes	-	-	-	-3,06%	0,95%	-11,99%	7,01%
Commodities	23,50%	-5,01%	-6,60%	-8,97%	-7,45%	-16,22%	13,35%
Alternativos	-	-	0,49%	5,40%	3,14%	-5,54%	0,02%

Nota: Retornos dos etfs como proxy das classes de ativos

Ações

Começando pelo mercado acionista, 2016 foi, de facto, um ano díspar no que respeita à evolução dos retornos nos blocos geográficos mais importantes e, mesmo ao nível de cada geografia, as divergências de performance ao nível setorial foram pronunciadas. O S&P 500 foi a exceção, uma vez que liderou sistematicamente os ganhos, encontrando inclusive novo fôlego aquando da eleição de Trump, tendo perdido algum fulgor em termos relativos apenas no mês de dezembro, valorizando 1.8% e encerrando o ano muito próximo dos dois dígitos (9.5%).

No Japão, depois de estar a perder mais de 20% no ano, o índice Nikkei 225 encetou uma recuperação importante, apoiada na depreciação do iene, não apenas contra o Euro mas, fundamentalmente, contra o Dólar norte-americano, conseguindo o quinto registo anual positivo consecutivo (embora marginal), graças à forte performance nas últimas semanas do ano. No velho continente, a análise à disparidade de resultados nos diversos mercados foi assinalável.

Assim, enquanto de uma forma agregada, o Euro Stoxx 50, à imagem do Nikkei, encerrou o ano marginalmente positivo igualmente devido ao rally de final de ano (valorizando uns impressionantes 7.8% no mês de dezembro) numa análise individual por país constata-se facilmente duas realidades: nos países core, onde a Alemanha é o exemplo maior, a barreira dos retornos positivos foi atingida antecipadamente e os ganhos no ano foram por isso expressivos (DAX: +7.9% em dezembro, encerrando o ano com um retorno de 6.9%); já na periferia europeia os retornos foram transversalmente negativos embora as amplitudes das perdas tenham diferido consideravelmente entre os países. Assim, não obstante os retornos positivos em dezembro, o índice nacional PSI 20 encerrou 2016 com uma queda de 11.9%, enquanto o MIB em Itália perdeu 6.5% e o IBEX 35 contraiu 2.0%, tendo sido claramente o melhor índice periférico apesar de Espanha ter estado sem governo durante 10 meses.

Performance Ativos Financeiros em 2016

	Δ%		Δ%
S&P 500 (EUA)	9.5%	CORE EURO GOV BONDS	3.1%
EURO STOXX 50 (Europa)	0.7%	CORE EURO CORP BONDS	4.6%
DAX (Alemanha)	6.9%	EURO HY BONDS	8.0%
PSI 20 (Portugal)	-11.9%	EMERG MKTS DEBT LOCAL CURRENCY	9.5%
IBEX 35 (Espanha)	-2.0%	Reuters/ Jefferies Commodity Index	9.3%
MSCI World (Mundo)	7.4%	Ouro	8.1%
Hedge Fund Return Index	2.5%	Crude	22.8%

Performance Ativos

Obrigações

O segmento obrigacionista viveu um ano peculiar desde o seu início. No entanto, os últimos meses de evolução têm levado os agentes de mercado a questionar se o ciclo de quase três décadas positivas não terá encontrado finalmente o seu fim.

O ano iniciou com um consenso de que pouco espaço haveria para performance na componente core, quer em dívida governamental, quer em empresas de melhor rating, dado o nível de taxas de juro à data. Contudo, até meados do ano, estas lideravam os ganhos entre as várias classes de ativos. A base destes retornos assentava na estabilidade da política monetária do Banco Central Europeu e na relutância por parte da FED em subir novamente as taxas diretas nos EUA em prossecução da primeira subida de 25 pb ocorrida em dezembro de 2015.

Para além destes fatores, o mercado também entrou em 2016 receoso sobre a capacidade creditícia dos emitentes mais fracos, muitos deles diretamente ligados às matérias-primas, cujos preços estavam e continuaram demasiado deprimidos, o que adicionado ao receio de falta de liquidez, típico neste segmento de *high yield*, proporcionou um *sell-off* expressivo, levando os investidores a refugiarem-se na dívida de melhor qualidade.

O segundo semestre do ano veio, contudo, uma realidade bem diferente. Nos EUA, a economia começou a dar sinais francamente positivos, quer ao nível do emprego, quer ao nível da inflação, abrindo espaço à FED para subir taxas, o que aliado à vitória de Donald Trump nas eleições e às expectativas de que haverá menos regulação, mais investimento público e menos impostos, projetam uma economia mais inflacionista e com maior *stock* de dívida, que só poderá ser consistente com um nível de taxas de juro substancialmente superior.

Na Europa, não só por contágio natural, mas também pelos primeiros receios de *tapering* por parte do Banco Central Europeu (após sinais de recuperação no ritmo de crescimento das economias da zona Euro) também ocorreu um forte movimento de subida de *yields* que até acabaria por ser mais expressivo que nos EUA porque, em termos absolutos, os níveis de taxa de juro de partida eram bastante inferiores.

Nos Mercados Emergentes, poucas eram as casas de investimento no início de 2016 que apostavam neste segmento como sendo capaz de gerar *outperformance*, e de facto o ano começou titubeante, mas a recuperação no preço das matérias-primas, nomeadamente do petróleo (que encerrou o ano a valorizar 26.7%), bem como de alguns metais (quer preciosos, quer industriais) permitiram ganhos expressivos só travados nos últimos meses devido à apreciação expressiva do Dólar norte-americano.

O ETF MSCI Mercados Emergentes encerrou o ano com um retorno positivo de 5.3%. Tal como já referido, o ano de 2016 foi particularmente importante para as matérias-primas, com o índice representativo do cabaz completo a valorizar 9.3% no final do ano.

Uma nota final para o mercado cambial, onde se destaca a trajetória de depreciação do euro ao longo do ano, que se justifica pela política monetária extremamente expansionista preconizada pelo BCE e por um ainda pior desempenho da Libra Esterlina, muito penalizada pelo evento do Brexit.

Em sentido contrário, assinala-se a forte recuperação das moedas de algumas economias emergentes mais dependentes da exportação de matérias-primas, como o real brasileiro ou o rublo russo, que assim inverteram a tendência de perda de valor dos últimos anos.



Portugal

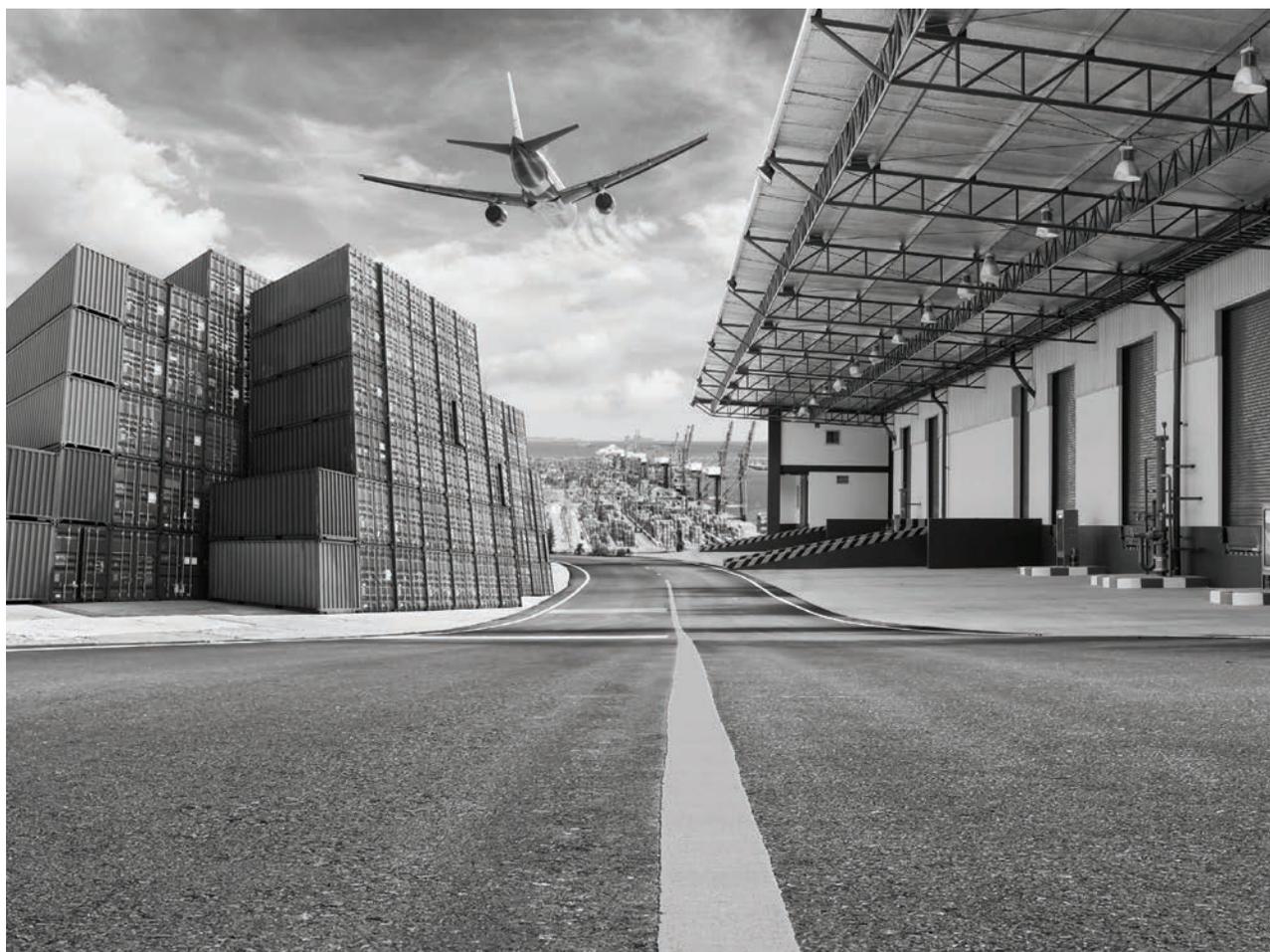
O ano de 2016 foi também um ano de consolidação da retoma da economia portuguesa. A taxa de crescimento da economia portuguesa reduziu-se face a 2015 de 1.6% para 1.4%, em virtude da retração do investimento que interrompeu a tendência de recuperação que vinha a traçar nos últimos anos. Em contraste, o consumo privado manteve-se robusto beneficiando da reposição de rendimentos dos funcionários públicos e das pensões de valor mais elevado e a economia beneficiou ainda do dinamismo do turismo.

O ano foi ainda marcado por um continuar da consolidação das finanças públicas, que beneficiaram de uma maior arrecadação de impostos decorrente da recuperação da atividade económica a par do recurso a medidas extraordinárias de consolidação, o que permitiu que o défice orçamental se reduzisse para valores mínimos de mais de 40 anos, o que permitiu ao país a saída do procedimento de défices excessivos. As boas notícias deverão continuar em 2017 pois, segundo as últimas previsões publicadas pelo Banco de Portugal, a expansão económica deverá acelerar para um valor em torno dos 1.8%, o que a materializar-se será a expansão mais forte desde 2010. As projeções do Banco de Portugal para a economia nacional para 2018 e 2019 foram também revistas em alta nestas últimas previsões em 0.1% e 0.2%, respetivamente, para 1.7% e 1.6%. Apesar deste crescimento mais forte que agora é antecipado, o PIB português só deverá mesmo assim regressar ao nível registado em 2008 durante o ano de 2019.

Projeções do Banco de Portugal: 2017-2019 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	Projeção Março 2017			BE Dezembro 2016				
		2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)
Produto interno bruto	100,0	1,4	1,8	1,7	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5
Consumo privado	65,8	2,3	2,1	1,4	1,4	2,1	1,3	1,4	1,3
Consumo público	18,1	0,8	0,2	0,5	0,2	1,0	0,0	0,4	0,2
Formação bruta de capital fixo	14,8	-0,3	6,8	5,0	4,8	-1,7	4,4	4,3	4,5
Procura interna	98,8	1,5	2,5	1,8	1,7	1,2	1,5	1,7	1,6
Exportações	40,2	4,4	6,0	4,8	4,5	3,7	4,8	4,6	4,4
Importações	39,1	4,4	7,3	4,8	4,7	3,5	4,8	4,9	4,4
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.)^(a)									
Procura interna		0,5	0,8	0,7	0,7	0,4	0,5	0,6	0,6
Exportações		0,8	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9
Emprego ^(b)		1,6	1,6	1,0	1,1	1,5	1,0	0,9	1,0
Taxa de desemprego		11,1	9,9	0,9	7,9	11,0	10,1	9,4	8,5
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,7	1,0	1,1	1,2	1,1	0,9	0,9	1,1
Balança de bens e serviços (% PIB)		2,2	1,4	1,3	1,4	2,2	1,9	1,8	1,8
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,6	1,6	1,5	1,5	0,8	1,4	1,5	1,5

Fonte: Banco de Portugal, "Projeções para Portugal - 29 de março de 2017"



As exportações deverão continuar a ser o motor da economia portuguesa avançando 6.0% em 2017, 4.8% em 2018 e 4.5% em 2019 (com a queda do comércio com Angola a ter impactos sucessivamente menores e beneficiando da reentrada em pleno serviço da refinaria de Sines e da conclusão da fase de transição de modelos na Autoeuropa).

O turismo também deverá continuar a registar um comportamento bastante positivo, favorecido por importantes eventos em 2017 como a visita do Papa. Por fim, a normalização do ciclo de fundos europeus deverá permitir uma recuperação considerável do investimento, que deverá crescer 6.8% em 2017. É ainda esperada uma evolução favorável do mercado de trabalho que deverá permitir que desemprego baixe dos dois dígitos para um valor anual médio de 9.9% já em 2017 e devendo cair para 7.9% em 2019, um nível que seria ainda ligeiramente acima da média de 7.6% registada em 2008.

GOVERNANCE



“ A GOLDEN ACREDITA QUE O FUTURO CADA VEZ MAIS MARCARÁ A DIFERENÇA ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE SE LIMITAM A CUMPRIR COM AS REGRAS DEFINIDAS PELAS ENTIDADES REGULADORAS E LEGISLAÇÃO, E AQUELAS QUE ENCARAM O GOVERNANCE COMO UM ELEMENTO FUNDAMENTAL NA PROSSECUÇÃO DE UM RELACIONAMENTO SEGURO, RIGOROSO E TRANSPARENTE COM OS CLIENTES, EM ESPECIAL, E COM TODOS AQUELES QUE, EM GERAL, CONTRIBUEM PARA A ATIVIDADE DA SOCIEDADE. ”

João Correia de Matos
Administrador
Chief Legal Officer

No âmbito do Governance (governo das sociedades), a Golden acredita que o futuro cada vez mais marcará a diferença entre as organizações que se limitam a cumprir com as regras definidas pelas entidades reguladoras e legislação, e aquelas que encaram o Governance como um elemento fundamental na prossecução de um relacionamento seguro, rigoroso e transparente com os clientes, em especial, e com todos aqueles que, em geral, contribuem para a atividade da sociedade. A descrição do Governance a seguir realizada procura salientar as principais características da forma como a Golden está organizada e como se processa o funcionamento dos seus principais órgãos societários,

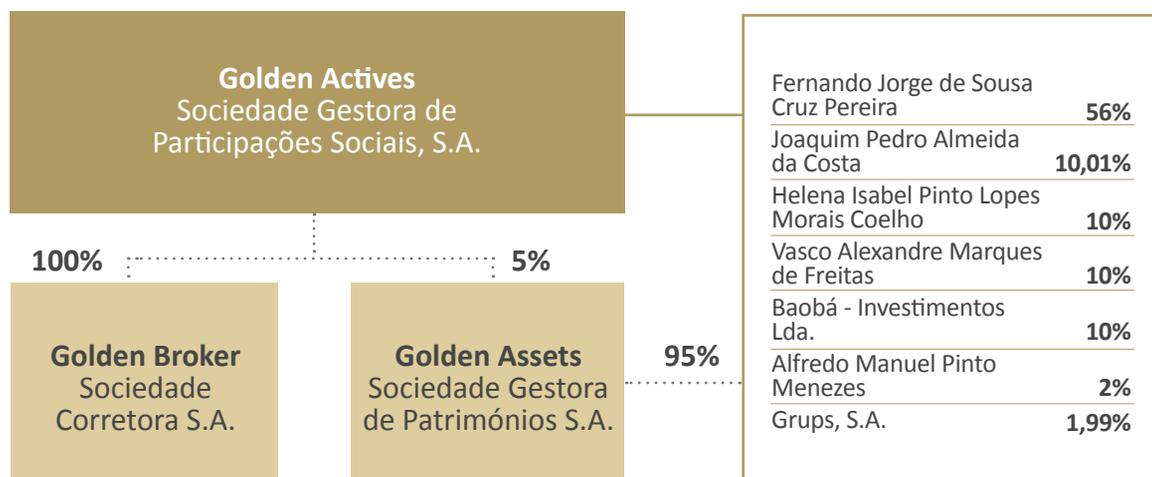
para que se possa avaliar o grau de independência e de adequabilidade de quem tem o dever de gerir a empresa, bem como o nível de exigência e formalismo no processo das tomadas de decisões sobre o investimento/desinvestimento. Ao mesmo tempo, esta descrição procura também evidenciar o cuidado em assegurar que as atividades da empresa se sujeitam ao escrutínio do Compliance e ao cumprimento dos deveres sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo. Tratando-se de um processo dinâmico, a Golden espera que o relatório do próximo ano sobre o Governance traga mais novidades sobre o assunto.



ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO ACIONISTA, DIREITO DE VOTO, TRANSMISSÃO DE AÇÕES E REGULAÇÃO

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas três empresas Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”) e Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”). A Golden Actives detém 100% do capital social da Golden Broker e 5% do capital social da Golden Assets, sendo que os restantes 95% do capital social desta última são detidos diretamente pelos acionistas da Golden Actives.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



Baobá - Investimentos Lda., participada por António José Nunes da Silva
 Grups, S.A. participada por Joaquim Pedro Almeida da Costa
 Os acionistas da Golden Actives são os acionistas de Golden Assets e Golden Broker e o Conselho de Administração é comum nas 3 empresas.

No âmbito da composição acionista merece destaque a aquisição, em finais de 2016, de 10% do capital social da Golden Actives por uma empresa detida pelo atual CEO, António José Nunes da Silva, acompanhada em simultâneo da aquisição de 9,5% no capital social na Golden Assets pela mesma empresa. Estas aquisições realizaram-se depois de obtida a devida autorização por parte do Banco de Portugal.

Enquanto a Golden Actives funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Assets, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, e pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros.

Quer a Golden Assets, quer a Golden Actives, cada uma tem o capital social no valor de 500.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações nominativas tituladas ou escriturais, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

A Golden Broker tem o capital social no valor de 350.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 70.000 ações nominativas escriturais ou tituladas, tendo cada ação o valor

nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Assets, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e Golden Actives, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

Para efeitos do regime legal aplicável, a Golden Assets e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"). A Golden Actives está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal. De acordo com a lei, a Golden Assets e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.



ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E COMITÉS

A Golden Actives, a Golden Assets e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso, a única alteração foi do Fiscal Único eleito para substituição do anterior, e que iniciou a sua atividade em abril de 2017.

Assembleia Geral

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Assets está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na Golden Actives não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas).

Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Assets e da Golden Actives, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração (Presidente e dois vogais, idênticos para as três sociedades), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:



Chief Executive Officer
Presidente do Conselho
de Administração:
António Nunes da Silva

Formações executivas:

Harvard Business School, Insead, AESE
Licenciatura em Economia, FEP

Desde 2015

Presidente do Conselho de Administração das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2004-2013 Barclays Bank

2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica
2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal)
Membro da Comissão Executiva Ibérica

2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 Banco Comercial Português Diretor

1991-2001 Banco Pinto & Sottomayor

1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional

1991-1995 Diretor de Agência



Chief Investment Officer
Administrador:
Sérgio Silva

Doutoramento em Gestão, ISEG

Mestrado em economia Monetária e Financeira, ISEG

Licenciatura em economia, UP

Desde 2000

Chief Investment Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

Desde 2007

Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde leciona a disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006

Bolseiro FCT

2000-2006

Professor Auxiliar Convidado, na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique (Departamento de Economia), nas

disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004)

2001-2006

Professor Adjunto convidado no instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

1999-2003

Formador do IMC – Instituto do Mercado de Capitais



Chief Legal Officer
Administrador:
João Correia de Matos

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Porto

Desde 2013

Chief Legal Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013

Administrador no Conselho de Administração da PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

2005-2013

Administrador no Conselho de Administração da InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

2003-2005

Vogal da Direção da Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A.

1998-2002

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.: Auditor e depois Vice-Presidente da European Central Securities Depositories Association (2000 a 2002)

1995-1998

Vogal do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

1988-1995

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações da Bolsa de Valores do Porto (BVP)

FISCAL ÚNICO

Quanto ao órgão de fiscalização, para as três sociedades o modelo adotado é de Fiscal Único. A eleição e substituição do Fiscal Único compete à Assembleia Geral, igualmente de acordo com as regras gerais do Código das Sociedades Comerciais, com observância do RGICSF e aprovação prévia pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros, efetivo e suplente, que integram o Fiscal Único.

O Fiscal Único é a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Nuno Miguel Barros Martins Damas, como Fiscal Único Efetivo e de Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha como Fiscal Único Suplente.

COMISSÕES E COMITÉS

As Comissões e Comitês existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Assets e na Golden Broker, existe a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), a qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2015. Os membros dos órgãos sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Fiscal Único, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. Atualmente, a CSAR é composta por 3 acionistas, e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa. A primeira intervenção da CSAR ocorreu com a eleição da PKF para Fiscal Único.

A CSAR tem as seguintes competências:

- Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;
- Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;

- Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

Comité de Investimentos

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO – Chief Investment Officer) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comité com a melhor informação disponível, o Comité de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2016, o Comité de Investimentos realizou 50 reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária (no seguimento do referendo sobre o Brexit).

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências

- Analisar e discutir os dados macro-económicos;
- Analisar e discutir a evolução dos mercados;
- Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;

- Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
- Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.



Comité de Cliente

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Cliente, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Cliente é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração e é composto por mais 4 membros, todos responsáveis de áreas da empresa. O Comité de Cliente reúne ordinariamente com periodicidade mensal, sendo elaboradas e assinadas atas das reuniões.

COMPLIANCE, PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As matérias relativas ao *Compliance* e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro.

Neste âmbito, a Golden Assets e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:

a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (*Compliance*), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.

b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.

c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de auto-avaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

ATIVIDADE

A atividade da Golden Broker durante o ano de 2016 teve um comportamento positivo com o crescimento dos valores sob gestão e custódia em 87 % e com o aumento dos proveitos globais para 1,9 milhões de euros, um crescimento de 18% comparativamente a 2015, facto de assinalar num contexto de grande concorrência e alguma volatilidade. Contudo, o incremento dos custos, relacionados principalmente com a aquisição de novo negócio, mais que absorveu o crescimento das receitas. Em consequência do exposto, o resultado líquido apurado é negativo, no montante de - 48.829€, contrariando o sucedido em 2015. Não tendo havido alterações no capital social, este valor implica um resultado por ação de - 0,70€.

Saliente-se que a Golden Broker continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2016 com um ratio de fundos próprios totais de

13,19%, superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2016 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Broker eram de 545.523€, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 899.770€, o que implica um excesso de fundos próprios de 354.247€.

Finalmente, no que concerne o compliance e controlo de risco, a Sociedade manteve a sua postura de prudência e de gestão adequada de riscos, com especial destaque para a intransigente salvaguarda do património dos clientes, através do cumprimento pontual da regra da segregação patrimonial. Conexa com a atividade de compliance e com a formação contínua e atualizada dos colaboradores, refira-se que em 2016 a sociedade promoveu diversas ações de formação interna sobre a prevenção do BC-FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo).

PERSPETIVAS

O ano de 2017 deverá ser um ano de consolidação no crescimento, num ambiente mais exigente, sendo que a Golden Broker deverá procurar fortalecer os seus resultados, bem como o controlo dos seus custos operacionais. Finalmente, a Golden Broker mantém-se empenhada em garantir que a sua solidez financeira continuará a apresentar um ratio de fundos próprios totais superior aos valores mínimos exigidos pela lei.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo, no montante de - 48.829 €, para resultados transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram

Às instituições financeiras que nos apoiaram

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos

Porto, 20 de abril de 2017
O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em base individual (NCA) em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em euros)

Ativo	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior (31-12-2015)
		1	2	3=1-2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		330	-	330	1.128
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	30.525.704	-	30.525.704	7.999.241
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	27.050	-	27.050	26.894
Aplicações em instituições de crédito	3	600.000	-	600.000	625.000
Outros ativos tangíveis	5	525.449	441.227	84.222	102.756
Ativos intangíveis	5	99.198	99.198	0	0
Outros ativos	7	2.407.792	-	2.407.792	1.533.997
Total de Ativo		34.185.522	540.425	33.645.097	10.289.016

Passivo	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Passivos por impostos correntes	6	10.799	9.921
Outros passivos subordinados	8	101.060	101.325
Outros passivos	7	32.762.430	9.357.394
Total de Passivo		32.874.289	9.468.640

Capital	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Capital	9	350.000	350.000
Outros instrumentos de capital	10	50.000	50.000
Reservas de reavaliação	11	(28.962)	(28.223)
Outras reservas e resultados transitados	11	448.599	447.873
Resultado do exercício		(48.829)	727
Total de Capital		770.808	820.376
Total de Passivo + Capital		33.645.097	10.289.016

Rubricas Extrapatrimoniais	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.	24	28.754	30.074
Depósito e guarda de valores	24	69.175.845	34.918.598
Valores administrados pela instituição	24	1.844.565	3.016.644

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Juros e rendimentos similares	12	186.203	29.014
Juros e encargos similares	12	8.028	1.459
Margem financeira		178.175	27.555
Rendimentos de serviços e comissões	13	1.920.035	1.629.174
Encargos com serviços e comissões	14	860.802	517.851
Resultados de reavaliação cambial	15	-940	6.477
Outros resultados de exploração	16	-126.147	-25.649
Produto bancário		1.110.321	1.119.706
Gastos com o pessoal	17 e 18	573.918	500.218
Gastos gerais e administrativos	19	547.152	572.814
Amortizações do exercício	5	27.282	36.026
Provisões líquidas de reposições e anulações		0	0
Resultados antes de impostos		-38.030	10.648
Impostos correntes	6	10.799	9.921
Resultado após impostos		-48.829	727
Resultado por ação			
Básico	21	(0,70)	0,01
Diluído	21	(0,70)	0,01

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração dos resultados e outros rendimentos integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Resultado líquido do exercício		(48.829)	727
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		739	11.750
Rendimento integral do exercício		(48.090)	12.477

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		350.000	50.000	(16.47)	865.076	(417.203)	831.400
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	(11.750)	-	-	(11.750)
Aplicação do resultado do exercício de 2014:							
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	(417.203)	417.203	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014		-	-	-	-	727	727
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		350.000	50.000	(28.223)	447.873	727	820.378
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	(739)	-	-	(739)
Aplicação do resultado do exercício de 2015:							
Transferência para reservas e resultados transitados	10	-	-	-	-	(727)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016		-	-	-	727	48.829	(48.829)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		350.000	50.000	(28.962)	448.599	48.829	770.808

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em euros)

Atividades Operacionais	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1.885.895	1.478.071
Juros, comissões e encargos similares pagos	(868.831)	(712.906)
Pagamentos ao pessoal	(624.499)	(519.694)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(38.847)	(12.842)
Resultados de reavaliação cambial	6.475	6.477
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(217.885)	(70.901)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	142.308	168.205
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.332)	621.000
Aplicações em instituições de crédito	(25.000)	(475.000)
Outros ativos	7.380	5.180
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	(18.952)	151.180
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	(151.000)	(233.529)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(151.000)	(233.529)
Fluxo das atividades operacionais (1)	(27.644)	85.856
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	-	-
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	(3.967)	(4.226)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(3.967)	(4.226)
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	-	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(31.611)	81.629
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	128.391	46.761
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	96.780	128.391

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(montantes expressos em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	330	1.129
Disponibilidades em outras instituições de crédito	96.450	127.262
Caixa e seus equivalentes	96.780	128.391
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	30.429.253	7.871.979
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	600.000	625.000
Disponibilidades constantes do balanço	31.029.253	8.625.370

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os montantes de 30.429.253 Euros e 7.871.979 Euros, respetivamente, referem-se às "Disponibilidades de terceiros" incluídas na rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras).

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker” ou “Sociedade”) foi constituída por escritura pública de 4 de abril de 2003. A Sociedade tem por objeto a receção, transmissão e execução de ordens dos investidores para subscrição ou transação de valores mobiliários, a gestão de carteiras de valores mobiliários pertencentes a terceiros, a consultoria para investimento em valores mobiliários, abertura, movimentação, utilização e controlo das contas de depósito de valores mobiliários titulados e de registo de valores mobiliários escriturais, bem como a prestação de serviços relativos aos direitos inerentes aos mesmos valores, a colocação em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e a prestação de serviços conexos, legalmente consentidos às sociedades financeiras de corretagem. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e n.º 18/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2016.

Durante o exercício de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA’s, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e

custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Outros ativos - Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 7).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação. Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Anos de vida útil

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Outros passivos - Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração

do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2016.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 13).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pela Sociedade são as seguintes:

- A Sociedade auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- Valor da transação intermediada;
- Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, a Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

a) Componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

b) Componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

h.i) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se revelada nas demonstrações financeiras da Sociedade.

h.ii) Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita

a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras da Sociedade (Nota 2).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do risco financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: **(i) Liquidez**, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; **(ii) Segurança**, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e **(iii) Eficiência financeira**, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço, e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável. Os passivos por impostos diferidos são normalmente

registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam situações materialmente relevantes geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

l) Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- Na atividade de corretagem, a Sociedade reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;

- Na atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como **(i) obrigações possíveis** que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou **(ii) obrigações presentes** que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os

mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3 ALTERAÇÕES DAS POLITICAS CONTABILISTICAS

No decurso do exercício de 2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face ao exercício anterior.

1.4 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2015.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais.

Aplicações em instituições de crédito no país	2016	2015
Disponibilidades de Terceiros		
em instituições de crédito no país	23.911.241	4.614.442
em instituições de crédito no estrangeiro	6.518.012	3.257.357
	30.429.253	7.871.979
Disponibilidades da Sociedade		
em instituições de crédito no país	96.450	127.262
em instituições de crédito no estrangeiro	0	0
	96.450	127.262
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	30.525.704	7.999.241

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

Aplicações em instituições de crédito no país	2016	2015
Depósitos a prazo	600.000	625.000

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2016	Valor de Balanço 31.12.2016	Valor de Balanço 31.12.2015	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 4,35 10 2017	2.500.000	0,01€	-	-	26.894	24.688
Obrigações do Tesouro – OT's 3,85% 04 2021	25.000	1,00€	108,2%	27.050	-	26.963
				27.050	26.894	

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 24).

5. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento nos “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016					
Ativo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e material	33.457	2.141	-	-	35.597
Equipamento informático	153.369	2.913	-	-	156.282
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de Ambiente	1.855	3.695	-	-	5.549
Material de transporte	0	-	-	-	0
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Património Artístico	192	-	-	-	192
	516.701	8.748	-	-	525.449
	615.899	8.748	-	-	624.647

2016					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	197.396	21.118	-	-	218.513
Mobiliário e material	33.352	600	-	-	33.952
Equipamento informático	148.737	4.826	-	-	153.563
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de Ambiente	1.855	739	-	-	2.594
Material de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
	413.945	27.282	-	-	441.227
	513.143	27.282	-	-	540.425



2015

Ativo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e material	33.457	-	-	-	33.457
Equipamento informático	149.143	4.226	-	-	153.369
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de Ambiente	1.855	-	-	-	1.855
Material de transporte	34.000	-	(34.000)	-	0
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Património Artístico	192	-	-	-	192
	546.475	4.226	(34.000)	-	516.701
	645.673	4.226	(34.000)	-	615.899

2015

Amortizações e perdas de imparidade

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	176.095	21.301	-	-	197.396
Mobiliário e material	32.962	390	-	-	33.352
Equipamento informático	142.902	5.835	-	-	148.737
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de Ambiente	1.855	-	-	-	1.855
Material de transporte	25.501	8.500	(34.000)	-	-
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
	471.448	36.026	(34.000)	-	413.946
	534.019	36.026	(34.000)	-	513.144

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%. A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		-38.030		10.648
Imposto apurado com base na taxa nominal		2.809	22,50%	927
Tributação autónoma		7.321		8.994
Outros (Derrama)		669		-
Imposto apurado com base na taxa efetiva	-28,40%	10.799	93,18%	9.921
Do qual:				
Imposto corrente		10.799		9.921

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades dominado pela Golden Actives, SGPS, S.A., registando o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica “Passivos por impostos correntes”.

Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos, é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das

autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os passivos por impostos correntes são como se segue:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2016	2015
Estimativa de imposto a pagar do exercício	10.799	9.921
	10.799	9.921

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	2016	2015
Devedores diversos		
Devedores por operações em derivados – conta margem	2.297.330	1.433.356
Devedores por operações sobre valores mobiliários – saldos devedores	-	-
Devedores por operações sobre valores mobiliários – imparidade	-	-
	2.297.330	1.433.356
Rendimentos a receber	7.780	15.251
Despesas com encargos diferidos:		
Rendas	14.000	14.000
Outros	8.492	9.664
	22.492	23.664
Contas a regularizar	-	-
Outros devedores	41.933	19.255
Outros ativos – Setor Público Administrativo		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	35.847	20.870
FCT – Fundo Compensação do Trabalho	1.980	940
Outros	430	20.661
	38.257	42.472
	2.407.792	1.533.997

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	2016	2015
Fornecedores e outros credores:		
Credores por operações em derivados – conta margem	2.297.330	1.433.356
Credores por operações sobre valores mobiliários	30.246.885	7.739.370
Fornecedores	74.371	43.389
Outros	-	10.956
	32.618.586	9.227.070
Encargos a pagar:		
Comissões	16.999	32.542
Remunerações	75.921	60.699
Outros custos administrativos	12.596	13.589
	105.516	106.830
Outras exigibilidades – Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares	16.221	15.224
Retenção na fonte	12.187	8.563
Contribuições para a Segurança Social	-	(927)
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	-	633
Imposto de selo	49.128	33.415
	32.752.509	9.357.394

O saldo da rubrica “Fornecedores” tem maturidade até 3 meses.

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados - Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pela Sociedade, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, a Sociedade exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pela Sociedade aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

8. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os passivos subordinados referem-se a um empréstimo subordinado, no montante de 100.000 Euros, obtido junto da sociedade Golden Actives, S.G.P.S., S.A. o qual vence juros a taxas de mercado e não tem prazo de reembolso definido. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, aquela rubrica inclui ainda 1.060 Euros e 1.325 Euros, respetivamente, relativos a juros suportados com aquele empréstimo e que ainda não foram liquidados (Nota 20).

Os recursos obtidos com este empréstimo são considerados para efeitos dos fundos próprios da Sociedade, dentro dos limites previstos nos n.ºs 6 e 7 do Aviso n.º 12/92, de 22 de dezembro alterado pelo Aviso 2/09 de 18 de setembro de 2009.

9. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Sociedade estava representado por 70.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado, sendo o único acionista a Golden Actives, S.G.P.S., S.A.

10. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelo acionista da Sociedade, no montante de 50.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

11. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Reserva legal	163.102	163.029
Resultados transitados	285.498	284.844
	448.600	447.873

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de março de 2016 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2015 como segue:

Reserva legal	72
Resultados transitados	654
	726

A variação registada na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor” no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 diz respeito à valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 4).
O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

12. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2016, o saldo da rubrica “Juros e Rendimentos” advém essencialmente de aplicações realizadas junto de outras instituições financeiras.

	2016	2015
Juros e rendimentos similares	186.203	29.014
Outros juros e encargos similares	(8.028)	(1.459)

13. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Atividades de corretagem:		
Comissões de corretagem	1.843.905	1.570.310
Outras comissões	3.000	3.239
	1.846.905	1.573.550
Atividades de gestão de ativos:		
Comissões de gestão	30.125	41.036
Depósito/Guarda de valores	6.770	13.400
Comissões de performance	36.236	1.189
Comissões de consultoria	-	-
	73.131	55.624
	1.920.035	1.629.174

14. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Atividades de corretagem e de gestão de ativos:	(830.830)	(495.893)
Serviços bancários	(29.971)	(21.957)
	(860.802)	(517.851)

15. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica estava relacionado com perdas líquidas obtidas com a venda e compra de moeda por conta de clientes e por conta própria, em virtude da ocorrência de pagamentos em moeda estrangeira e da existência de saldos de disponibilidades em moeda estrangeira.

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
IVA suportado	(32.508)	(38.061)
Imposto de selo	(10.897)	-
Outros custos	(116.501)	(27.537)
	(159.906)	(65.598)
Outros ganhos e rendimentos	33.759	39.949
Outros resultados de exploração	(126.147)	(25.649)

17. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 18)	141.700	84.500
Remunerações dos colaboradores	317.060	323.230
Encargos sociais obrigatórios	115.157	95.488
	573.918	500.218

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Administradores executivos	3	3
Pessoal técnico	12	12
Pessoal administrativo	2	2
	17	17

18. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E FISCAL ÚNICO

Nos exercícios de 2016 e 2015, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 141.700 Euros e 84.500 Euros, respetivamente (Nota 17).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser discriminadas como segue:

	2016	2015
António Nunes da Silva	52.500	52.500
João Correia de Matos	41.300	16.000
Sérgio Silva	47.900	16.000
	141.700	84.500

O Fiscal Único da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. qual não auferiu qualquer remuneração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por ter sido nomeado após o fim do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e ao longo dos respetivos exercícios, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Serviços especializados	265.120	308.410
Rendas e alugueres (Nota 20)	151.433	150.099
Deslocações e estadas	81.089	52.233
Comunicações e despesas	12.995	23.032
Rendas de locação operacional	12.160	10.941
Publicidade	80	717
Outros	24.274	27.382
	547.152	572.814

20. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com empresas do Grupo Golden Actives, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	2016		2015	
	Golden Assets	Golden Actives	Golden Assets	Golden Actives
Outros passivos				
Credores por operações sobre valores mobiliários	51.033.108		13.610.669	-
Outros passivos subordinados (Nota 8)		101.060	-	100.000
Outros instrumentos de capital (Nota 10)		50.000	-	50.000
	51.033.108	151.060	13.610.669	150.000

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

31.12.2016	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Vintageburgo	UPF Finance	Vasco Freitas	NN Consulting	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(36.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros suportados (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	(1.060)	-	-
Comissões suportadas	-	-	-	(441.414)	(2.441)	(33.695)	-	-	-	(2.167)
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas	-	275.637	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-

31.12.2015	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Vintageburgo	UPF Finance	Vasco Freitas	NN Consulting	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(36.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros suportados (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	(1.325)	-	-
Comissões suportadas	-	-	(224)	(4.781)	(18.730)	(43.867)	(1.985)	-	-	(2.003)
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas	-	115.715	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-

21. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2016	2015
Resultado para efeitos de cálculo do resultado por ação líquido e diluído	(48.829)	727
Número médio ponderado de ações para efeitos de cálculo do resultado por ação líquido e diluído	70.000	70.000
Resultado por ação		
Básico	(0,70)	0,01
Diluído	(0,70)	0,01

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de abril de 2017. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

23. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Golden Actives – S.G.P.S., S.A.

24. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Compromissos perante terceiros		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indeminização aos Investidores	28.754	30.074
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.2 h.i)	69.175.845	34.918.598
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2 h.ii)	1.844.565	3.016.644
	71.020.410	37.935.242

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2014, ascende a 27.050 Euros (Nota 4).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Sociedade, os quais são depositados em diversas instituições bancárias. Os ativos geridos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Ações	1.205.937	1.511.991
Outros	638.628	1.504.653
	1.844.565	3.016.644

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2016 que a seguir se discriminam:

Nome da sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Golden Broker	Nº Ações 31/12/2015	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2016	% Participação e direito de voto
Golden Actives – SGPS, S.A.	0	10.000 ações, pela Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	0	10.000	10%

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2016, é a seguinte a posição acionista:

Acionista	2016	2015
Golden Actives – SGPS, S.A.	70.000	100,00%

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Assets foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2015 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 28 de abril de 2017 e a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN BROKER

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (Golden Broker).

A- GERAL

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Broker tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- No equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- Na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Broker;
- No estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Broker. No que diz respeito aos responsáveis pelo Compliance e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Broker.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa. O Conselho de Administração da Golden Broker deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade. A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

B - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA GOLDEN BROKER

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

DESEMPENHO

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- Pela sociedade;
- Pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- Pelo seu mérito individual.

COMPETITIVIDADE

A Golden Broker procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Broker tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e know how capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

ESTRATÉGIA

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Broker, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

EQUIDADE

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

ALINHAMENTO COM OS ACIONISTAS

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

CONTROLO DO RISCO

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

C- COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

REMUNERAÇÃO FIXA

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Broker;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

BENEFÍCIOS

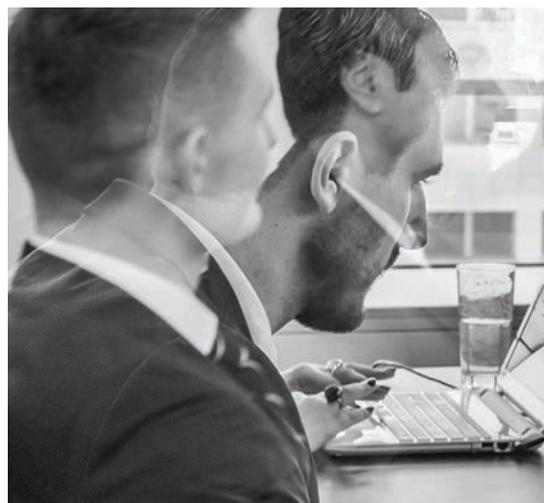
Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

D-ASPETOS COMPLEMENTARES

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2016, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 121.781 euros.



COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.

2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:

- 2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;
- 2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.

3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.

4. Compete à CSAR:

- 4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
- 4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
- 4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Broker;
- 4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Broker.

5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.

6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.

7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.

RELATÓRIO
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO
GOLDEN BROKER

Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da “**Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.**” e procedemos às verificações que julgámos convenientes relativas ao exercício de 2016, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Por só termos sido nomeados após 31 de dezembro de 2016 não nos foi possível acompanhar a atividade da Sociedade durante esse exercício, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. Contudo no final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases.
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativas ao exercício de 2016;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 24 de abril de 2017



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º Piso, Letras H e O | 1050 - 094
Lisboa – Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS
GOLDEN BROKER

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 33.645.097 euros e um total de capital próprio de 770.808 euros, incluindo um resultado líquido negativo 48.829 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.g) e 13 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2016 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.920.035 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e calculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recalculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
<p>Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.h) e 24 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em de dezembro de 2016 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 71.020.410 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 24 de abril de 2017



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)

